

# Funcionalismo e descrição do português

Maria Helena de Moura Neves\*

## Abstract

---

This study presents a sample of the operational way of a functional grammar. The investigation is based on the principle that the task of Functional Grammar is to describe the language without separating the pieces of the system from their functions. What we want to point out here is that Functional Grammar studies the linguistic expressions considering the usage and interpretation of those expressions from an interactive point of view.

---

## Introdução

O que se traz, aqui, nesta mesa redonda, é uma amostra dos princípios e do modo de operação de uma Gramática Funcional, que busca, essencialmente, verificar como se processa a comunicação nas diversas línguas. Com esse ponto de partida, uma Gramática Funcional é, necessariamente uma gramática do uso lingüístico, no sentido de que ela não assume como tarefa descrever a língua enquanto sistema autônomo, não desvinculando, portanto, as peças do sistema das funções que são preenchidas. Considera, pois, a relação entre estrutura e função como algo instável, que reflete o caráter dinâmico da linguagem.

A descrição das expressões lingüísticas não fica negligenciada, mas o poder descritivo permitido pela teoria é restringido, de tal modo que a teoria não se torne forte demais, ou seja, abstrata demais (Dik, 1989, 1997). Assim, todos os lexemas básicos da língua estão contidos em seu léxico na forma em que podem aparecer nas expressões da língua objeto. Eles

---

\* UNESP - Campus de Araraquara/CNPq

são analisados dentro da predicação, sendo todos os predicados semanticamente interpretados (como designadores de propriedades ou relações) e sendo suas categorias distinguidas (segundo suas propriedades formais e funcionais).

A construção da estrutura subjacente da cláusula requer, pois, antes de mais nada, um predicado. O predicado - que designa propriedades ou relações - se aplica a um certo número de termos que se referem a entidades - produzindo uma predicação que designa um estado de coisas, ou seja, uma codificação lingüística (e possivelmente cognitiva) que o falante faz da situação.

Uma predicação se constitui em conteúdo proposicional, isto é, em um **fato**, que pode ser conhecido ou pensado, pode ser causa de surpresa e de dúvida, pode ser mencionado, negado, rejeitado ou lembrado e pode ser verdadeiro ou falso.

A proposição, por sua vez, revestida de força ilocucionária constitui a “cláusula” (Dik, 1989, 1997), que corresponde a um ato de fala, e que pode ser descrita em termos de uma estrutura subjacente de cláusula.

Essa organização em níveis assim se configura:

*Nível 1: predicador e termos;*

*Nível 2: predicação;*

*Nível 3: proposição;*

*Nível 4: cláusula.*

Em cada nível atuam operadores (meios gramaticais) e satélites (meios lexicais).

Sobre essas bases, se estudarão, aqui, dois temas. O primeiro será objeto de trabalhos da Maria Suely Crocci de Souza e de Silvana Zamproneu.

***1. A organização em camadas que a Gramática Funcional explicita permite a compreensão da existência de diferentes níveis em que se estabelecem as diversas relações tradicionalmente denominadas “adverbiais”.***

Ver-se-á, aqui, que as orações temporais constituem satélites de nível 2, isto é, satélites que se ligam à predicação, já que a localização no tempo se refere a um estado de coisas. As orações concessivas, por seu lado, constituem satélites de nível 3, já que a relação concessiva concerne a proposições - a fatos possíveis - não a simples predicções.

Uma das evidências dessa diferença está na ordenação - mais especificamente na intercalação - dessas orações em relação à oração núcleo, que constitui o seu âmbito de incidência (o chamado “escopo” do satélite).

Comparem-se (01) e (02)

(01) – *Esse homem, **quando tinha uma missão**, não dormia, até cumpri-la.* (REA)

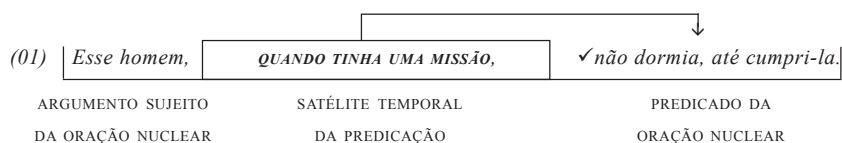
(02) *A ambivalência material/humano no artefato, **ainda que pareça abstrata**, adquire importância capital.* (ARQ)

Na ocorrência (01), facilmente se pode dizer que houve focalização do tópico *esse homem* pela simples interposição de *quando tinha uma missão* entre o tópico frasal, que é também o sujeito - e, portanto, um argumento - da oração nuclear, e o predicado dessa oração nuclear. Ocorre que, atuando no nível da predicação, a oração temporal é um satélite que entra em composição com as entidades **predicado e termos** (ou argumentos), de tal modo que a posição que essa oração temporal (esse satélite) ocupa tem relação com essas entidades, e tem efeito sobre elas.

Quando se faz a ordenação concernente às orações concessivas, por outro lado, a predicação está completa:

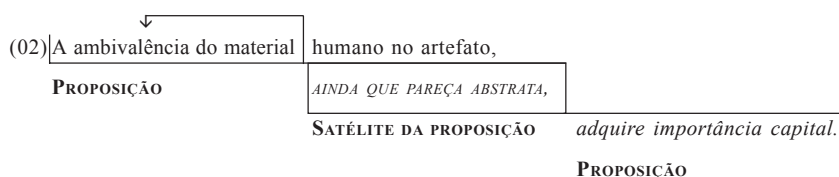
- a) está feita a aplicação do predicado a um número apropriado de termos que preenchem as posições argumentais desse predicado (predicação nuclear);
- b) a predicação já recebeu os operadores de predicação (os meios gramaticais que fazem distinções de temporalidade interna, ou aspecto, como perfectividade e imperfectividade), formando-se a predicação estendida;
- c) esta já recebeu os operadores de predicação (os meios gramaticais e os satélites que dão as coordenadas de localização espacial e temporal);
- d) tem-se, então, uma **proposição**, que representa já um **fato possível**, que vai sofrer avaliação do falante, e com o qual ele vai estabelecer seu compromisso. É nesse sentido que se pode entender como é que, na ocorrência (02), acima, a colocação da concessiva *ainda que pareça abstrata* logo após o sujeito da oração principal - feita, aparentemente, do mesmo modo que a temporal *quando tinha uma missão*, do exemplo (01) - configura, entretanto, outro esquema de relações, com diferente função no relevo informativo.

Numa observação superficial, dir-se-ia que, nos dois casos, tem-se uma intercalação do satélite adverbial. Entretanto, uma avaliação mais acurada mostrará facilmente que, em



a oração temporal tem as características e funções de uma oração anteposta à nuclear, já que o argumento *esse homem* é sentido como extrapolado para a margem. Com efeito, o satélite temporal *quando tinha uma missão* fixa coordenadas temporais - e, assim, abre cenário, cria moldura - para a localização (posterior) da predicação *esse homem não dormia, até cumpri-la*.

Por outro lado, em



o satélite de concessão *ainda que pareça abstrato* tem as características e funções de uma oração concessiva posposta, já que entra em relação com seu antecedente *a ambivalência*, para, sobre ele, assentar o esquema dialógico concessivo: previsão de objeção + reconhecimento do peso da objeção + prevalência do ponto de vista do falante.

Obviamente uma relação desse tipo não ocorre no nível mais concreto dos estados de coisas (predicações), mas exige os outros revestimentos que aproximam do ato de fala a seqüência preparada, isto é, que a instituem num nível já interpessoal, o de representação da proposição (fato possível), e, que, portanto, já não jogam simplesmente com a organização básica da predicação.

O próprio fato de a atribuição de foco estar colocada acima e além da própria **cláusula**, ou seja, da variável que especifica o ato de fala (Dik, 1989, 1997), demonstra que a intercalação de oração temporal, constituindo expediente de focalização, é, na verdade, um processo que vai selecionar os termos organizados na predicação para lhes atribuir funções pragmáticas.

No caso das concessivas, pelo contrário, aquela característica de estabelecimento de relações dialógicas que representam a tensão estabelecida entre os interlocutores, no equacionamento das relações lógico-semânticas, garantem sua finalidade avaliativa, de comentário, portanto sua posição posposta.

Evidenciam-se, pois, diferentes características de estratégia de composição, nos dois casos de intercalação.

## 2. O segundo tema será tratado por Maria Célia Coelho Brito e por Juliano Desiderato Antonio.

Outra questão cujo exame bem evidencia o modo funcionalista de análise de enunciados é a questão do modo de preenchimento dos lugares argumentais.

No nível da predicação, como já apontei, os argumentos, exigidos pela semântica do predicado, preenchem posições argumentais sob certa forma (sintagma nominal ou pronome ou zero), forma essa determinada por restrições gramaticais, num nível, e por restrições pragmáticas, em outro.

Verifica-se, por exemplo (Du Bois, 1993), que é freqüente o preenchimento lexical de argumento único, com verbo intransitivo ou copulativo, como nas frases

(03) *As pessoas conversam.*

(04) *Toda a população está presente.*

mas que, numa frase transitiva com dois argumentos, o mais freqüente é que apenas o objeto direto tenha preenchimento lexical, como na frase

(05) *Æ Compra um jornal.*

A análise desse comportamento não pode restringir-se a uma avaliação que resida na simples questão das categorias (lexical/gramatical), e, muito menos, ser entendida como uma questão de *substituição* de sintagma nominal por pronome.

O ponto básico é que o diferente emprego de categorias representa diferente estabelecimento de configuração informativa. Assim, avaliado o estatuto de um sintagma nominal como componente que explicita um elemento lexical, entende-se, em princípio, que ele codifica informação nova. Por outro lado, o preenchimento de uma posição argumental por pronome pessoal representa, em princípio, codificação de informação partilhada.

O que se observa, afinal, nas predominâncias acima apontadas, é que o falante preenche as posições argumentais servindo a um equilibrado fluxo da informação, isto é, evitando dois argumentos novos por oração, mas pontuando cada oração, em geral, com um argumento novo (representado por sintagma nominal). Além disso, e, ainda, em respeito ao dinamismo informativo, o argumento lexical ocupa, preferentemente, a posição de objeto, uma posição sabidamente votada para a codificação de informação nova.

Tratando especificamente dessa questão, podemos lembrar Bolinger (1979), para quem “o principal erro dos tratamentos formais da pronominalização consistiu em considerar a presença de um pronome no lugar de um nome como uma espécie de processo mecânico causado pela presença do nome em uma ou em outra localização, e não como uma escolha pragmática entre um nominal com um conteúdo semântico mais rico e um nominal com um conteúdo mais pobre.”

Concluindo esta introdução, cabe indicar que a Gramática Funcional pretende-se uma teoria geral que diz respeito à organização gramatical das línguas naturais (Neves, 1997), já que ela busca verificar como opera o

usuário de uma língua natural, ou seja, como os falantes e os destinatários são bem sucedidos comunicando-se por meio de expressões lingüísticas. Para isso, a Gramática Funcional põe em consideração não apenas a capacidade que o usuário de uma língua natural tem de produzir e interpretar corretamente expressões lingüísticas de grande complexidade estrutural em diferentes situações comunicativas (capacidade lingüística), mas também:

- a) a capacidade de derivar conhecimento de expressões lingüísticas, arquivar esse conhecimento de forma apropriada e, ainda, recuperá-lo e utilizá-lo interpretando expressões lingüísticas ulteriores (capacidade epistêmica);
- b) a capacidade de extrair outras parcelas de conhecimento por meio de regras de raciocínio, com princípios da lógica dedutiva e probabilística (capacidade lógica);
- c) a capacidade de derivar conhecimento de suas percepções e usar esse conhecimento perceptualmente adquirido tanto para produzir como para interpretar expressões lingüísticas (capacidade perceptual);
- d) a capacidade de saber não apenas o que dizer, mas também como dizê-lo a um parceiro comunicativo particular, numa situação comunicativa particular, para atingir objetivos comunicativos particulares (capacidade social) (Dik, 1989).

Desse modo, a Gramática Funcional não pretende explicitar simplesmente o mecanismo de codificação ou de decodificação das expressões lingüísticas, mas põe em consideração o uso e a interpretação interacionalmente satisfatórias dessas expressões. Afinal, ela considera que, na produção dos enunciados, forças internas (fonológicas, sintáticas e semânticas) e forças externas interagem, entrando em competição (Du Bois, 1985). Assim sendo, não abstrai de sua análise o contexto global do discurso, e é dentro dele que procura correlacionar forma e sentido.

## Referências Bibliográficas

- BOLINGER, D. L. Pronouns in Discourse. In: T. GIVÓN. *Syntax and Semantics: Discourse and Syntax* v. 12, New York: Academic Press, 1979, p. 289-309.
- DIK C. S. *The Theory of Funcional Grammar*, Dordrecht-Holland/ Providence RI -USA: Foris Publications, 1989.
- \_\_\_\_\_. *The Theory of Funcional Grammar*, Parte 2, Berlin: Mouton de Gruyter, 1997.

DU BOIS, J. W. Competing Motivations. *In*: J. HAIMAN (ed.) *Iconicity in Syntax*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1985, p. 343-365.

\_\_\_\_\_. La estructura argumental preferida y el cero absolutivo. ALFAL, MS: Veracruz, 1993.

NEVES, M. H. M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

